

Cacique Babau: "A conjuntura exige que os indígenas disputem o projeto desse país. Para além das terras, a ideologia"

Páginas 6 e 7

Primeiro júri popular indígena do Brasil é realizado na TI Raposa Serra do Sol, em Roraima

Página 15

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XXXVI • Nº 374
Brasília-DF • Abril 2015

MAIORES QUE O PODER

Em uma conjuntura extremamente desafiadora, mais de 1,5 mil indígenas, de cerca de 200 povos, realizaram o maior Acampamento Terra Livre que Brasília já presenciou. Apesar da ampla Mobilização Nacional, a falta de comprometimento dos representantes dos Três Poderes com a garantia dos direitos indígenas evidencia uma certeza: a luta pelas suas vidas precisa ser intensificada.

Páginas 8 a 11

Nesta edição: III Encarte Pedagógico *Territórios e Espaços de Viver*

Direitos não se mendigam, direitos se exigem

Tradicionalmente, abril é um mês de mobilização para os povos indígenas. Tanto nos territórios como, principalmente, na capital do país, onde há 11 anos foi realizado o primeiro Acampamento Terra Livre (ATL), na Esplanada dos Ministérios.

A emblemática e inédita – em sua atual dimensão – ofensiva sobre os direitos indígenas implementada pelos Três Poderes pode ser considerada o principal motivo para a ampla adesão dos indígenas à Mobilização Nacional realizada neste ano. Outro fator que justifica a vinda de mais de 1,5 mil indígenas a Brasília seria o acúmulo político resultado do processo das mobilizações realizadas nos últimos anos, especialmente contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215. Como a coluna O Passado Presente (nas páginas 4 e 5) evidencia, os ATL “constituíram-se em um amplo espaço político de luta e articulação nacional do movimento indígena. É um crucial momento de debate e definição de estratégias, assim como de dar visibilidade às lutas e reivindicações indígenas”.

Uma das denúncias mais ouvidas durante este ATL foi a de que os povos indígenas não têm sido consultados sobre os projetos, as iniciativas e nem as decisões que vão no sentido de retirar seus direitos que, como consequência, modificarão radicalmente o seu modo de vida, colocando suas próprias sobrevivências e culturas em risco. Mais grave ainda é o fato de que tornou-se habitual até mesmo impedir os indígenas de participarem ou, sequer, assistirem nas sessões em que suas vidas são decididas.

Mesmo assim, durante o ATL, os indígenas se dispuseram a dialogar com representantes da Câmara, do Senado, da Presidência da República e do Supremo Tribunal Federal (STF). Com exceção do Judiciário e de parlamentares que apóiam os povos indígenas, não houve nenhum comprometimento no sentido de defender os direitos dos povos indígenas. Ao contrário, as falas de Eduardo Cunha, Michel Temer e Miguel Rossetto foram, por si, desrespeitosas.

O primeiro, na condição de presidente da Câmara, após priorizar a instalação da Comissão Especial da PEC 215, sem permitir a entrada da delegação de indígenas Pataxó, Pataxó Hã-Hã-Hãe, Kariri e Tupinambá na sessão, e

se filiar à Frente Parlamentar da Agropecuária, afirmou em reunião com uma comissão de indígenas e sem terras que não é contra e nem a favor da PEC 215. O vice-presidente da República Michel Temer, por sua vez, declarou que não tinha conhecimento que os processos de demarcação das terras indígenas estavam paralisados. Na ocasião da reunião de Temer com apenas seis lideranças indígenas, 21 processos demarcatórios, sem impedimentos administrativos ou jurídicos, aguardavam há anos apenas a homologação da presidente Dilma. O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República garantiu que entregaria a Carta aos Povos Indígenas do Brasil, divulgada em 23 de outubro de 2014, à própria presidente, de modo que ela lembrasse seus compromissos de campanha. Rossetto também declarou que Dilma pretende definir imediatamente a presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai), que há dois anos só tem presidentes interinos.

Considerando a difícil realidade enfrentada pelos povos indígenas e a postura omissa, pra dizer o mínimo, dos representantes governamentais e parlamentares na defesa dos interesses e das necessidades desses povos, essas falas soam um tanto cínicas.

A homologação de apenas três terras indígenas na região Norte do Brasil, feita com a justificativa de “celebrar” o “Dia do Índio”, escancarou ainda mais o profundo descaso para com os povos originários desse país. Ainda mais considerando que há mais de 30 processos de demarcação sem qualquer impedimento judicial ou administrativo engavetados nas mesas do ministro Cardozo e da presidente Dilma.

Em entrevista publicada nesta edição, o cacique Babau Tupinambá traz perspicazes análises sobre a realidade: “O Brasil é um país ainda colonizado, sempre formado na base da escravidão, da imposição. A escravidão continua para os indígenas porque o governo fala e manda pelos índios. Não se deixa nunca o direito ser firmado por quem é pobre. Alguém considerado mais rico e inteligente é que exerce e desfruta do direito, que ainda é considerado como se fosse um favor. O Brasil ainda está nessa ideologia, do povo mendigar pelos direitos. É o país das leis que existem pra não funcionar”.

Porantinadas

Saiu do armário

O ranço anti-indígena do deputado federal Jair Bolsonaro (sem partido-RJ), conhecido por suas posições e atitudes extremamente machistas, racistas, homofóbicas e conservadoras, saiu do armário. Juntando-se aos deputados mais preconceituosos da bancada ruralista, ao ser homenageado no Comando Geral da Polícia Militar, em Campo Grande (MS), no dia 22 de abril, ele afirmou que a demarcação de terras indígenas é um crime no país e que os índios deveriam ser integrados à população. “Índio não fala nossa língua, não tem dinheiro, é um pobre coitado. Tem que ser integrado à sociedade, não criado em zoológicos milionários”.

Igual ao colonizador

Tais afirmações, vindas de quem vêm, nada surpreendem. Militar da reserva e defensor incondicional da pena de morte, da redução da maioria penal, da ditadura militar e de tudo que há de mais retrógrado, Bolsonaro se gaba de ser contrário até mesmo aos direitos humanos. Usando o maldoso argumento de que os indígenas são manipulados por grupos estrangeiros, ele avalia que eles estão “matando economicamente” o país, já que a legislação não permite a exploração (ou destruição) por terceiros da biodiversidade presente nas terras indígenas. Como afirma o cacique Babau nesta edição do *Porantim*: “A formação do brasileiro é pra que ele não seja brasileiro... e pra odiar o brasileiro. Ele quer ser igual ao colonizador, ele quer colonizar também”.

Polícia! Para quem precisa!

Na madrugada do dia 20 de abril, há 18 anos, cinco jovens, por “brincadeira”, atearam fogo e causaram a morte do Pataxó Hã-Hã-Hãe Galdino Jesus dos Santos, que dormia em um ponto de ônibus em Brasília, para onde foi com o objetivo de reivindicar direitos de seu povo. Mesmo o crime tendo chocado o Brasil, quatro dos criminosos cumpriram apenas metade da pena de catorze anos por homicídio qualificado. O outro jovem, que era menor na época do crime, cumpriu apenas um quarto da pena de um ano de reclusão e foi, em 2014, aprovado em um concurso da Polícia Civil do Distrito Federal. Após muita polêmica, o Tribunal de Justiça de Brasília concedeu uma liminar que garante ao candidato o ingresso na corporação. Tal decisão tem suscitado a pergunta: “E quem nos protege da polícia?”

Blá-blá-blá



A Teia do Bem Viver

Povos e comunidades tradicionais do Maranhão realizam encontro em que a luta pelo território livre é a maior convergência; processos de resistência e de fortalecimento da identidade e do modo de vida próprios são outros compromissos firmados pela aliança

Rosimeire Diniz, Cimi Maranhão

“**N**ossa Escritura é os nossos pés”, diz Demetrix Gamela. A fala da liderança do povo Gamela, que reivindica seu território tradicional no Maranhão, poderia ser dita pelos quilombolas, sertanejos, quebradeiras de coco. Justamente por isso, a unidade de indígenas e comunidades tradicionais tem se concretizado na luta. Não só no último Acampamento Terra Livre (ATL) ocorrido em Brasília, durante o mês de abril, quando aos indígenas se juntaram as lideranças quilombolas e o movimento sem-terra, mas também nas regiões, Brasil afora, uma pauta tem construído convergências: a terra.

Neste contexto político aconteceu o II Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão, no final de fevereiro e início de março. O território escolhido foi o do povo Gamela, no município de Viana. Ao todo, participaram aproximadamente 300 pessoas, de 70 comunidades do Maranhão, com a presença de quilombolas, sertanejos, quebradeiras de coco e oito povos indígenas: Guajajara, Ka'apor, Krenyê, Krepum, Katejê, Pukobjê/Gavião, Krikati e Tupinambá, da Bahia.

Uma Teia destes povos e comunidades foi formada. E se por um lado indígenas e comunidades tradicionais comungam uma luta comum, por outro lado, seus apoiadores também. O encontro foi promovido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Justiça nos Trilhos, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MICB) e pelo povo Gamela.

Ao som de tambores, maracás, danças, com o pé forte batendo no chão, e muita cantoria para os Encantados, os participantes compartilharam momentos de



O Encontro foi marcado por momentos de partilha, espiritualidade, sabedoria e memória. Os princípios do Bem Viver inspiram a luta pelo território livre e a resistência na defesa dos direitos dos povos e comunidades

convivência, partilha, espiritualidade, alegria, respeito, sabedorias e decidiram, juntos, continuar tecendo o Bem Viver nos seus territórios. Estes povos enfatizaram que seus modos de vida têm muito dos princípios do Bem Viver, sendo o profundo respeito à Mãe Terra um destes princípios.

Rememorando o I Encontro, ocorrido em novembro de 2014, na comunidade Taim, na capital São Luís, falaram sobre a necessidade de investir em processos de descolonização de modo a fortalecer a identidade e o modo de vida próprios; da importância de substituir a palavra “sustentabilidade” e tudo que ela representa pelo Bem Viver e pelo Bom Conviver; do respeito que se deve ter pela religião de cada povo, que não pode ser demonizada; e, ainda, que o Bem Viver seja tecido como um caminho possível.

Na partilha da convivência desses povos e comunidades, foi muito ressaltado que, apesar das diferenças socioculturais, todos são iguais no que diz respeito aos impactos e consequências produzidos pelo modo capitalista, que fere e não respeita a Mãe Terra. Também foi enfatizada a importância de continuar tecendo novas alianças na luta pelos territórios livres, de resistência.

No diálogo entre os grupos, foram aprofundados os debates sobre os modos de vida de cada povo e a importância da memória como instrumento de demarcação de seus territórios, espaços vitais de reprodução social e cultural. Os participantes também discutiram alguns princípios do que representa a perspectiva da Terra Sem Males. E concluíram que esses males são motivados pelo imperialismo colonial do sistema capitalista de produção, em oposição à partilha do palmito, farinha de puba, suco de manga, café torrado em casa, macaxeira: riquezas colhidas no território Gamela, e em outras comunidades da região, que alimentam a todos e todas.

Fortalecendo a resistência

Como sinal de força e unidade foi criada a “Teia de Povos e Comunidades Tradicionais no Maranhão”. Essa é uma das propostas de estratégia para fazer o enfrentamento em defesa dos territórios e em favor da vida plena, diante de situações do cotidiano, como os pagamentos a fazendeiros e as proposições legislativas estaduais e federais, como é o caso da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, a qual reafirmaram a contrariedade. Há ainda a Campanha em Defesa dos Territórios Pesqueiros e ações contra as invasões e pela continuidade das demarcações das terras indígenas. Os presentes enfatizaram a continuidade da luta pela improcedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 3239/04, que pode significar o fim das demarcações de terras quilombolas.

A Teia será representada por duas pessoas de cada identidade (indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, pescadores e sertanejos) e em dezembro deste ano será realizado o III Encontro, em Codó, no Maranhão.

De forma organizada, gentil e superando muitas dificuldades, o povo Gamela soube abrir seu território para a Teia, suas moradas e seus corações para receber tantas experiências de luta e resistência. Mostraram com muito orgulho um pouco do ritual para *Bilibeu* - imagem que representa uma espécie de santo do povo Gamela para o qual fazem anualmente sua festa tradicional, que acontece no período do carnaval. Trouxeram o tambor de mina, dando visibilidade para a espiritualidade que vem sendo perseguida. Ergueram e ofereceram a Casa de Convivência Gamela para ser o território livre do Bem Viver dos vários povos indígenas, dos quilombolas, das quebradeiras de coco, dos sertanejos e das entidades aliadas. ♦

Territórios Livres – Tecendo o Bem Viver!*

Ao som de maracás e tambores, desde o dia 27 de fevereiro até o dia 1º de março de 2015, nós, povos e comunidades tradicionais nos encontramos no território do povo Gamela, em Viana, no Maranhão, para compartilhar nossas caminhadas. Vimos de muitos lugares e carregamos em nossa memória muitas vidas, todas as vidas, e fizemos desta Casa de Convivência do Povo Gamela um lugar bonito, expressão do Bem Viver.

Maracás, tambores e cantos insurgentes evocam nossa ancestralidade, fazendo a gente se encontrar dentro da gente mesmo e reafirmar

nosso modo de vida. Nossos Encantados, santos, caboclos e orixás nos acompanham e animam nossas lutas e resistências pela defesa dos nossos territórios.

Compartilhamos nossos saberes e fazeres, o trabalho em mutirão, o respeito pelo tempo da terra, o cuidado com nossas águas, nossas matas, com os animais. Compartilhamos nossas preocupações, angústias, temores, diante das diferentes ameaças e violências que nos cercam. Denunciamos o avanço do latifúndio, a mineração, o genocídio da juventude negra promovida, inclusive, por agentes do Estado. Denunciamos

ainda os megaprojetos, promotores de um suposto desenvolvimento, que ganham força com a retirada dos nossos direitos através da atuação dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Diante desta realidade, estamos assumindo o compromisso de tecer uma rede de povos e comunidades tradicionais com o objetivo de articular nossas lutas e resistências de modo a garantirmos a preservação dos nossos modos de vida e territórios demarcados pelos nossos pés.

Taquaritiua - Viana (MA),
1º de março de 2015



* Carta final do II Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão

Resiliência que faz história

Através de marchas, ocupações, acampamentos e outros atos, os povos indígenas vêm imprimindo suas marcas na história política do país ao, anualmente, denunciarem as violações aos seus direitos e às suas vidas para toda a sociedade

Egon Heck, *Secretariado Nacional*

Ao lançarmos um olhar atento e crítico sobre a caminhada, as lutas e a resistência dos povos indígenas nestes primeiros 15 anos do século XXI, ficaremos surpresos com um movimento indígena em permanente mobilização. Desde a conquista de seus direitos na Constituição Federal de 1988 e da Marcha e Conferência Indígena, em 2000, os povos indígenas constituíram-se em baluartes de resistência e luta, dos mais expressivos do país. Nesse difícil embate não lhes faltaram a presença solidária e militante de alguns aliados, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Foram inúmeras as formas, cores, jeitos e trejeitos do movimento indígena exigir seus direitos e lutar, sempre ao lado dos setores oprimidos, para as mudanças necessárias neste país, com justiça social e o reconhecimento da pluralidade fundante e constituinte dessa nação.

Ocupar, com seus maracás e bordunas, o plenário da Câmara dos Deputados, em abril de 2013, foi uma das ações mais expressivas e simbólicas na história recente do país. Em maio de 2014, com outros movimentos sociais, em Brasília, os indígenas denunciaram as escolhas equivocadas de um governo que prioriza custear mega eventos como a Copa do Mundo de futebol ao invés de garantir os direitos humanos básicos da população e a implementação de políticas públicas sociais. A mobilização foi reprimida com bombas de efeito moral, spray de pimenta, cavalaria, balas de borracha e outras inaceitáveis formas de violência empregadas pelos agentes policiais do Estado.

Permanecer um dia inteiro em ritual em frente à portaria da mesma Câmara dos Deputados, quase dois anos depois, diante de centenas de policiais fortemente armados, foi também um fato histórico emblemático. A espiritualidade e a persistência foram fundamentais naquela ocasião, em dezembro de 2015, para impedir a aprovação do relatório da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215.

Nestes quinze anos, dezenas de outros fatos contundentes foram protagonizados pelo movimento indígena nas diversas regiões do país e em Brasília. Quando as delegações indígenas foram sistematicamente chegando à capital do país para dizer aos responsáveis pelos Três Poderes “estamos vivos”, “estamos aqui” e “não vamos permitir que retirem nossos direitos constitucionais”, estavam não apenas exigindo respeito, paz e dignidade, mas também exigindo do Estado brasileiro e de toda a sociedade a superação do colonialismo, da tutela, do autoritarismo, da violência e da guerra permanente a que vêm sendo submetidos.

No difícil e desigual enfrentamento com os interesses anti-indígenas que lamentavelmente se aninharam e tiveram guarida no Estado brasileiro, os povos indígenas não tiveram trégua. Dessas duras lutas, alguns foram desanimando, outros se deixaram levar pelos cantos das sereias do dinheiro fácil. Porém, o movimento indígena teve a capacidade, a partir das aldeias e das lutas locais e regionais, de manter um fundamental nível de combatividade e unidade.

Não é difícil imaginar as inúmeras dificuldades de uma articulação e organização de mais de 300 povos com os mais diferentes níveis de conhecimento e inserção no

modelo político e econômico que os envolvem, notadamente o agressivo sistema neoliberal. Acrescente-se a isso as dimensões continentais do país, os altos custos de deslocamento, os desafios de comunicação entre as aldeias e fica evidente o esforço hercúleo para manter articulado um movimento tão amplo e diverso.

Uma marcha para o futuro

Neste recente e complexo processo de resistência e afirmação dos povos nativos no Brasil plurinacional e multicultural, um dos maiores processos de denúncia e repúdio à invasão, violência e ao extermínio das populações indígenas deste país foi a Marcha e Conferência Indígena, em 2000, articulada pelo Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular, que desencadeou em todo o continente *Abya Yala* (Américas) um contraponto às “comemorações” oficiais dos 500 anos de colonização e invasão europeia ao continente.

Mais de 3 mil indígenas de todas as regiões do país marcharam até Coroa Vermelha, no litoral baiano de Santa Cruz de Cabralia. Após intensos debates e denúncias, a Marcha continuou resoluta a chegar a Porto Seguro, onde aconteceu a celebração oficial com a presença dos presidentes do Brasil e de Portugal. No entanto, os indígenas foram violentamente reprimidos e impedidos de chegar ao seu destino. Ficou claro para o Brasil e o mundo que a violência secular se agudiza e é atualizada historicamente até hoje.

O governo investiu pesado na cooptação e divisão do movimento indígena. Apesar de não ter conseguido evitar a grande mobilização contra as comemorações oficiais da invasão, aprofundou divergências e divisões no movimento indígena organizado. A Coordenação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Capoib) extinguiu-se nessa ocasião e foi criada, então, a Comissão Pós Conferência, que conduziu a articulação nacional nos anos seguintes.



A ocupação do plenário da Câmara dos Deputados, realizada em abril de 2013.

Tantos outros mundos possíveis

Em janeiro de 2001 o Brasil foi anfitrião, pela primeira vez, de uma das experiências mais marcantes da sociedade civil organizada, o Fórum Social Mundial (FSM). Realizado como um contraponto ao Fórum Econômico Mundial, que acontece anualmente em Davos, na Suíça, esse espaço de troca de experiências e construção de processos para a efetivação de um futuro diferente para a humanidade contou com a participação bastante ativa dos povos indígenas do Brasil, articulados com povos originários de todo o mundo.

Nas edições de 2002 e 2003, o movimento indígena também aproveitou o evento para dar visibilidade às lutas, aos projetos de vida, à sabedoria milenar e às experiências vivas de tantos outros mundos e sociedades possíveis.

O escritor uruguaio Eduardo Galeano afirmou que o “FSM é a melhor tentativa até agora para realizar um trabalho comum. É um espaço de encontro que não vai



Foram inúmeras as formas, cores, jeitos e trejeitos do movimento indígena exigir seus direitos e lutar, sempre ao lado dos setores oprimidos, para as mudanças necessárias neste país





pelos povos indígenas explicita resistência diante dos ataques aos direitos constitucionais garantidos

propor nenhuma fórmula mágica. Não existe médico nem pajé que possa curar o mundo das doenças que o atingem... Quero dizer que aqui está a vida viva. Essa diversidade local é muito boa”.

Nos documentos finais dos três primeiros encontros do FSM, realizados em Porto Alegre, os povos indígenas exigiram dos governos a urgente demarcação e garantia das terras/territórios tradicionais como condição básica para garantir a vida e sobrevivência dos povos originários dos diversos países. Foram momentos muito enriquecedores pois já existem no continente várias experiências e o acúmulo de perspectivas políticas para os povos indígenas. Destacamos uma das propostas do 2º FSM: “propomos a construção de uma nova forma de relação com os Estados e seus governos, para se definir as formas de coexistência fundadas no respeito à livre determinação, à diversidade social, cultural, espiritual, linguística, de ordenamento jurídico, territorial e organização entre as Nações e os Povos Indígenas e entre estes e os Estados”.

Importantes experiências de luta e conquistas dos povos indígenas em Chiapas, no México, na Bolívia e no Equador, com avanços nas Constituições e o reconhecimento da plurinacionalidade, do Bem Viver e dos direitos da Natureza animaram o movimento indígena no Brasil.

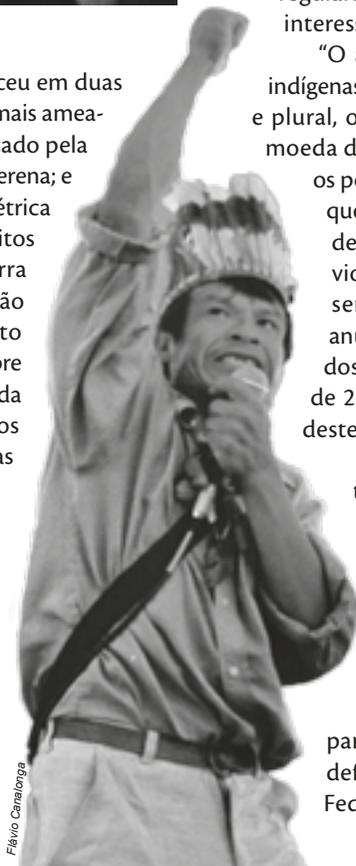
Os múltiplos caminhos da resistência, as lutas com diversas matizes e as articulações com as populações tradicionais e outros segmentos de lutas camponesas possibilitaram o avanço do movimento indígena.

Razões da luta

Quando em abril de 2003 um pequeno grupo de indígenas do Sul do Brasil, especialmente Kaingang, Guarani e Xokleng, acampou na Esplanada dos Ministérios não imaginava estar inspirando um significativo processo de mobilização do movimento no Brasil. Movidos por essa ação, representantes do Conselho Indígena de Roraima (CIR) manifestaram a aliados, como o Cimi, a intenção de realizar anualmente encontros para pressionar pela demarcação da Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol. A ideia obteve total apoio para uma ampla mobilização, da qual surgiu a proposta de realização do Acampamento Terra Livre (ATL), anualmente, no mês de abril, em Brasília. Em 2009, finalmente, foi homologada a TI Raposa Serra do Sol, razão inicial da realização dos ATL.

No ano seguinte, a mobilização aconteceu em duas regiões onde os direitos indígenas estavam mais ameaçados: no Mato Grosso do Sul, estado marcado pela gravíssima situação dos Kaiowá, Guarani e Terena; e no Pará, em função da construção da hidrelétrica de Belo Monte, ameaçando a vida e os direitos de vários povos indígenas. Em 2012, o Terra Livre aconteceu no Rio de Janeiro por ocasião da realização da Cúpula dos Povos, evento paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como “Rio + 20”. A Cúpula reuniu diversos representantes de povos originários de outras partes do continente e do mundo.

Cada palmo de chão sagrado, assegurado ou reconquistado, foi uma batalha. Nada foi garantido sem luta. A sobrevivência é uma arte que resultou de muita sabedoria. A razão maior da luta é a confiança e a certeza da vitória.



Filvio Canalongo

Com uma participação, em média, de 700 a mil representantes de cerca de uma centena de povos, os Acampamentos Terra Livre constituíram-se no amplo espaço político de luta e articulação nacional do movimento indígena. É um crucial momento de debate e definição de estratégias, assim como de dar visibilidade às lutas e reivindicações indígenas.

Os documentos finais dos dez primeiros ATL evidenciam que a centralidade dessa mobilização é a questão territorial. É em torno da demarcação e da garantia das terras e do usufruto exclusivo dos recursos naturais nelas existentes que os povos têm se mobilizado, fundamentalmente. Recentemente, além da falta de definição e execução clara de políticas públicas nas áreas de saúde, educação e sustentabilidade, os povos têm destacado a ausência de uma definição clara de política indigenista. Outra pauta não atendida é a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), que permanece até hoje como uma simples comissão de consulta e não de deliberação. As manifestações também têm denunciado o sucateamento do órgão indigenista, a Fundação Nacional do Índio (Funai), como uma política deliberada dos sucessivos governos nas últimas décadas.

Direitos ameaçados, a pauta atual

Nos últimos anos a pauta do ATL tem sido centralizada pelas ameaças aos direitos indígenas, através de uma série de iniciativas e ações sendo implementadas pelos Três Poderes e a paralisação dos procedimentos de regularização das terras indígenas, atendendo aos interesses da bancada ruralista, principalmente.

“O ataque sistemático aos direitos dos povos indígenas é inadmissível numa sociedade democrática e plural, onde esses direitos são hoje tratados como moeda de troca e objetos de barganha política. Mas os povos indígenas já deram provas suficientes de que não cederão a essa nova ofensiva, carregada de ódio, discriminação, racismo e incitação à violência, promovidos pelos donos ou representantes do poder político e econômico”, anunciava a Convocatória feita pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), em março de 2015, para a Mobilização Nacional Indígena deste ano.

O chamado foi atendido. Surpreendendo todas as expectativas, mais de 1.500 indígenas dos cinco cantos do Brasil vieram, em abril, ao centro do poder nacional, onde são decididas ações nefastas contra seus povos, quilombolas, populações tradicionais e a Mãe Terra. Nas regiões, centenas de outros indígenas mobilizaram-se, paralisando estradas e ocupando prédios públicos para expressar apoio e solidariedade à luta em defesa de direitos garantidos na Constituição Federal. ♦

Raízes da resistência

Ma qual a explicação para tamanha resiliência dos povos indígenas, ainda mais considerando os inúmeros massacres, violações e violências ocorridos ao longo da história? As raízes da mobilização indígena que vem sendo realizada nas últimas décadas estão na resistência secular dos primeiros habitantes dessa terra. A invasão dos europeus causou uma guerra permanente. Cada palmo de chão sagrado, assegurado ou reconquistado, foi uma batalha. Nada foi garantido sem luta. A sobrevivência é uma arte que resultou de muita

sabedoria. A razão maior da luta é a confiança e a certeza da vitória. Quem suportou mais de cinco séculos de opressão não haverá de morrer na praia. De menos de cem mil na década de 1960, hoje a população indígena no Brasil beira um milhão de indígenas.

Os povos sabem e sentem que a invasão continua, que ela foi apenas atualizada. Hoje, invadem as terras e os corações. Aliciam as mentes, destroem as sementes, espalham a dor, a fome, a dominação. Os inimigos dos povos tradicionais sonham com

um Brasil sem índios, espalham os decretos de morte e anunciam que o fim deles é apenas uma questão de tempo. Eles não usam mais somente o fuzil ou a metralhadora. Hoje matam também com a lei, com as Propostas de Emenda à Constituição (PEC), com os Projetos de Lei (PL) e com portarias anti-indígenas. Assim, eles aperfeiçoaram suas armas. Matam silenciosamente não só o corpo mas também as almas, a cultura, a vida. Cientes, os povos sabem que estas são razões mais que suficientes para manterem-se mobilizados.

Pra além da terra, a disputa pela ideologia

“A conjuntura imposta exige que o índio pegue seu território, produza, volte a se tornar autossuficiente, para disputar o projeto desse país. Temos disputado terra, mas não o país, ideologicamente”

Patrícia Bonilha, Assessoria de Comunicação

Os Tupinambá são conhecidos como o “Povo do Sorriso”. Rosivaldo Ferreira da Silva, o cacique Babau Tupinambá, 40 anos e pai de dois filhos, não foge à regra. É comum vê-lo entremeando largos sorrisos com sua fala de voz grossa, alta, “voz de trovão”. Segundo ele, o seu povo tem motivos para rir. “A gente come bem, brinca bem, festeja muito. Deixamos de viver de supermercados. Produzimos muita banana da terra, muita mandioca e farinha, abacaxi, cupuaçu, cacau, mamão, seringa. Nós respeitamos a natureza, usamos somente o que é necessário. O povo é saudável. Temos tudo”.

Mesmo diante de situações extremamente adversas, eles sorriem. E adversidades não faltam na história deste povo. No início dos anos 2000, a retomada de fazendas abandonadas ou degradadas, em uma área conhecida como Serra do

Padeiro, localizada entre os municípios de Ilhéus, Buerarema e Una, no sul da Bahia, e reivindicada como parte da Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença, teve como consequências a criminalização das lideranças Tupinambá e uma campanha difamatória e preconceituosa contra a comunidade, desencadeada pela mídia. Até mesmo a Força Nacional e a Polícia Federal já invadiram a terra indígena.

Inserido no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o cacique Babau já foi preso três vezes e responde a diversos processos, que vão de esbulho possessório à formação de quadrilha, passando por desacato à autoridade. Em abril de 2014, devido a três surpreendentes mandados de prisão, ele foi impedido de levar ao papa Francisco, em Roma, denúncias sobre as violações de direitos

dos povos indígenas no Brasil. Destemido e fundamentado na filosofia de que “um Tupinambá não foge à luta”, ele foi, pessoalmente, ao prédio da Superintendência da Polícia Federal, em Brasília, para negar as acusações. Sempre com muita altivez e tranquilidade, apesar da revolta diante da injustiça.

No dia desta entrevista, 8 de maio, no entanto, Babau estava visivelmente abatido e preocupado. Na semana anterior, uma importante liderança Tupinambá, Adenilson da Silva Nascimento, o Pinduca, havia sido assassinado por pistoleiros. “A ambição dos invasores é desenfreada e o governo contribui com eles porque não resolve a situação das terras. Sentar em “mesa de diálogo” para conversar com assassinos que matam os indígenas não é e nunca vai ser uma solução. Quem senta com assassinos acaba morto”.

O cacique Babau coloca o debate sobre os povos indígenas em um patamar filosófico elevado e complexo ao refletir sobre a atual condição de colonizado do povo brasileiro e a necessidade dos indígenas fazerem a disputa do projeto de país

Porantim - Na sua opinião, a sociedade brasileira tem conhecimento dos diversos aspectos que envolvem o “ser indígena”?

Cacique Babau - Não tem. Porque a formação do brasileiro é pra que ele não seja brasileiro. É pra se sentir estrangeiro no seu próprio país, pra ser apaixonado pelos americanos, pelos europeus... e pra odiar o brasileiro. Pra se sentir rebaixado quando está ao lado de um parente aqui. Esse complexo de inferioridade é característico de quem é colonizado. Tem esta síndrome de rejeição do seu próprio ser e de amar o outro, o colonizador. Ele quer ser igual ao colonizador, ele quer colonizar também.

Porantim - Como você avalia a atual conjuntura?

Cacique Babau - Estamos em um momento de transição muito importante, onde os povos vão ter que fazer suas escolhas. Escolher se vão querer alimentar o preconceito que foi instaurado em cima dos povos indígenas, que não podem evoluir, que não podem produzir, consumir, que é praticamente um folclore, ou vão escolher se portar como

“Esse complexo de inferioridade [do brasileiro] é característico de quem é colonizado. Tem esta síndrome de rejeição do seu próprio ser e de amar o outro, o colonizador. Ele quer ser igual ao colonizador, ele quer colonizar também”

povo, como nação, se posicionar diante do país e fazer sua própria evolução. Ou seja, se quiser ser sustentado pela Funai [Fundação Nacional do Índio] e pela Sesai [Secretaria Especial de Saúde Indígena] vai ser o caos. Do contrário, vai ser ótimo. Então, não há outro jeito: ou avança ou vai ser exterminado. A conjuntura imposta exige que o índio pegue seu território, produza, volte a se tornar autossuficiente, para disputar o projeto desse país. Temos disputado terra, mas não o país, ideologicamente. Ou vão continuar nos considerando inferiores e vão nos massacrar. Sempre foi o governo que falou pelo índio. O governo continua a falar por nós. Mas a Constituição Federal permite que falemos por nós.

Porantim - Quais são os motivos dos direitos indígenas não serem respeitados, nem mesmo pelos representantes do Estado?

Cacique Babau - Ser indígena não é uma condição. Você nasce índio e morre índio. Muitas vezes parece que ser indígena é padecer de uma doença que pode ser tratada e, uma vez que curou, a pessoa deixa de ser índio. No Congresso,

no meio da sociedade em geral, existe esse preconceito e anseio de extinguir com as nações indígenas. O Brasil é um país ainda colonizado, sempre formado na base da escravidão, da imposição. Você vale o que tem. Quem tem muito manda em quem tem menos. A escravidão continua para os indígenas porque o governo fala e manda pelos índios. Não se deixa nunca o direito ser firmado por quem é pobre. Alguém considerado mais rico e inteligente é que exerce e desfruta do direito, que ainda é considerado como se fosse um favor. O Brasil ainda está nessa ideologia, do povo mendigar pelos direitos. É o país das leis que existem pra não funcionar.

Porantim - *E quais os motivos da atual ofensiva sobre os direitos dos povos indígenas?*

Cacique Babau – Um dos fatores é a mudança da forma como os indígenas vêm tratando o seu próprio direito. Muitas lideranças, que formamos pra estar em Brasília lutando pelos nossos direitos, se apaixonaram pelo poder, apesar de estarem na periferia dele. É perigoso quando alguém entende que as lideranças são fáceis de ser manipuladas. A conjuntura mostra que o momento é de guerra. Se a gente se coloca como nação, vem pra cá para cobrar, de fato, nossos direitos e se posicionar como em uma guerra. Vão botar o Exército pra nos matar? Somos 305 povos! Temos tanto direito como todos os outros de viver neste país. Um outro fator que tem amedrontado os indígenas é o alto índice de assassinatos de indígenas no país e ninguém é indiciado por isso. Ninguém é preso por matar índio. São centenas de mortes por ano. O país ainda não reconheceu o genocídio das nações indígenas. Exército, Força Nacional e milícia armada estão dentro das aldeias. Parlamentares, que não poderiam levantar a voz contra índios, incentivam a morte e a nossa exclusão. Eles não conhecem a Constituição? Como podem usar a tribuna para isso? Como podem fazer campanhas com dinheiro doado para que matem indígenas? Como não são cassados, por quebra de decoro, por violação? As leis não valem para os parlamentares. Os indígenas que estão nas aldeias, na base, estão sendo muito guerreiros diante da atual conjuntura.

Porantim – *Os Tupinambá têm uma aliança com quilombolas, sem terra e outros movimentos. Eles enfrentam os mesmos problemas que os indígenas?*

Cacique Babau – Lá, na Serra do Padeiro, desde sempre, os Tupinambá estiveram junto com os escravos. Todos que eram agredidos pelos fazendeiros, corriam para as aldeias. Até hoje agimos assim. Nossas escolas atendem a todos, sem distinção. Acabamos com o analfabetismo na região por isso. Na saúde, atendemos a todos. Muita gente que nunca tinha sido atendido foi lá, pela primeira vez. Na época da minha prisão, em 2010, diversos movimentos se solidarizaram e foram para a Serra. Naquela ocasião, começamos a discutir a amplitude da luta dos que estavam sendo massacrados, estando na linha de frente os sem terra, quilombolas, jovens da universidade, sem teto e os indígenas. Hoje, 52 organizações diferentes estão fazendo parte da mesma discussão, se reunindo em torno da Teia de Agroecologia, com ações coletivas para defender o sul da Bahia e evitar que tudo vire plantio de eucalipto. Porque, se não, nem nós, nem os animais vão sobreviver. É um meio para discutir a questão agrária. Mas

também precisamos discutir o urbano. Uma só pessoa tem 200 apartamentos e, por outro lado, 300 pessoas estão vivendo debaixo da ponte. Isso porque alguém se autointitula dono da terra

Porantim – *Qual a sua avaliação da Mobilização Nacional Indígena de 2015?*

Cacique Babau – No caráter de número de participantes, nota 10. Os parentes da base se mobilizaram e vieram em peso. Em resposta à demanda pela qual a gente veio, nota zero. Porque só teve sessão solene. Não teve o que a gente veio fazer aqui. Viemos fazer um trabalho e chegou aqui e o trabalho foi abortado. Quando a gente volta pra casa está tão frustrado que a maioria não tem mais ânimo. Vamos ter que restaurar uma luta na base pra restaurar o movimento nacional.

Porantim – *Como está o processo de demarcação da TI Tupinambá de Olivença?*

Cacique Babau – O relatório da Funai foi publicado em 2009, com 47 mil hectares, e desde então ainda se aguarda a publicação da Portaria Declaratória pelo Ministério da Justiça. Mas já foi feita uma demarcação pelo SPI [Serviço de Proteção ao Índio]. O processo foi iniciado em 1910 e o decreto publicado em 1926. Era uma mesma terra, que se estendia pelo sul da Bahia, para os Tupinambá, Pataxó e Aricobé. O processo restabeleceu uma guerra para cima de nós. O povo Aricobé foi praticamente dizimado. Recentemente, o governo demarcou a terra para os Pataxó Hã-Hã-Hã, mas os Tupinambá foram deixados de lado. Passamos por um longo processo de violações e graves violências. Foi um processo de genocídio praticado pelo governo, pelo Exército, pelos coronéis do cacau. Diziam que os Tupinambá eram comunistas. Enfim, alguém que não podia estar ali. Um tanto de indígenas permaneceu no território, outros foram para outros povos. Em 1996, voltamos à Funai para reclamar a desintrusão do nosso território. A terra é nossa. Que saiam os não indígenas que entraram depois de 1930.

Porantim – *O que impede a finalização deste processo?*

Cacique Babau – A preguiça do governo. Também porque quanto mais demora, mais corre dinheiro pro governo. Daí, outros indígenas morrem e querem ver se o povo desiste de exigir suas terras. O governo não engole o fato dos Tupinambá terem sobrevivido esses 515 anos. Eu entendo assim. Não tem outro motivo. Todos sabem

“São os indígenas que podem apoiar os não indígenas... [estes] por acharem que são inteligentes, acham que podem expulsar os indígenas pra usufruir de tudo o que eles preservaram. Mas vão morrer ali também porque não sabem viver com a natureza”

Cacique Babau – Isso tudo é articulado e muito bem programado porque somos donos de um território lindo e sagrado. A ambição dos invasores é desenfreada e o governo contribui com eles porque não resolve a situação das terras. Sentar em “mesa de diálogo” para conversar com assassinos que matam os indígenas não é e nunca vai ser uma solução. Quem senta com assassinos acaba morto.

Porantim – *Como está a situação nas aldeias depois do assassinato do Pinduca?*

Cacique Babau – [visivelmente consternado e com a voz embargada] Você consegue imaginar a dor que é chegar numa casa e 14 filhos perguntarem onde está o pai deles? E você não pode fazer nada... Foram 18 parentes assassinados em 2014 na mesma localidade. E nós é que estamos dando toda a assistência pra a viúva, que continua com a bala alojada no braço. Até a gaze nós é que temos que comprar.

Porantim – *Quais são as especificidades de ser um indígena da região Nordeste?*

Cacique Babau – A sociedade do Nordeste gosta dos indígenas porque ela é toda formada por indígenas e negros. O Sul não gosta, tem preconceito. Esses que vêm assaltar as belezas do Nordeste implantam e reproduzem um regime discriminatório. Mas, no geral, a sociedade baiana não é discriminadora. A imprensa local, que recebe dinheiro pra falar mal de lideranças, é. A classe social mais elevada é altamente preconceituosa. E não poderia ser diferente já que ela é formada pelas elites dos coronéis, os velhos assassinos que se perpetuam no poder.

Porantim – *O que os povos indígenas devem fazer para garantirem a demarcação de suas terras tradicionais e a efetivação de seus outros direitos, como educação e saúde diferenciadas?*

Cacique Babau – Para falar claramente: descobrir que morrer não é ruim. E ir para a batalha para garantir os seus direitos. Os povos indígenas estão em áreas estratégicas para a economia. A lei não é respeitada, então, os donos da casa têm que mostrar que são valentes.

Porantim – *A que se deve esta incansável resiliência dos povos indígenas, mesmo depois de mais de cinco séculos de indescritíveis crueldades e violências?*

Cacique Babau – À cultura e à fé.

Porantim – *Em quê?*

Cacique Babau – Nos Encantados. Na sua própria existência, que é diferente da existência do outro. São sentimentos individuais, coisas abstratas que não se definem.

Porantim – *Qual o seu maior sonho?*

Cacique Babau – Eu não tenho um sonho. Tudo que a gente tem, a gente vai realizando. Tupinambá só se preocupa com uma coisa: viver pra comer, comer pra viver. Estamos na terra para isso.

Porantim – *Como a sociedade civil pode apoiar os povos indígenas?*

Cacique Babau – Pelo que eu tô vendo, são os indígenas que podem apoiar os não indígenas. Quando o mar subir, essas mudanças de clima se agravarem, vai morrer muita gente de fome e sede. E, por acharem que são inteligentes, acham que podem expulsar os indígenas pra ficar ali e usufruir de tudo o que os indígenas cuidaram e preservaram. Mas vão morrer ali também porque não sabem viver com a natureza. Os povos indígenas não precisam de ajuda. A natureza precisa. Mas os não indígenas não estão ajudando em nada a natureza. ♦

Mobilizados na luta por direitos

Diante do que é considerada a pior conjuntura das últimas décadas, marcada pela ofensiva sobre os seus direitos por parte dos Três Poderes e pelo aumento da violência nos territórios, a Mobilização Nacional deste ano reuniu mais de 1,5 mil indígenas, de cerca de 200 povos. Eles saíram de suas aldeias para, na capital federal, aprofundar o processo político de luta e fortalecer a articulação do movimento.

Grupo de Comunicação da Mobilização Nacional Indígena

Movidos pelo acúmulo político das mobilizações realizadas nos últimos anos e, por outro lado, pelas severas e concretas ameaças aos seus direitos garantidos na Constituição Federal, povos indígenas de todo o Brasil atenderam ao chamado e aderiram amplamente à Mobilização Nacional Indígena realizada entre os dias 13 e 16 de abril, em várias regiões do país.

A 11ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), principal atividade da Mobilização, reuniu mais de 1,5 mil indígenas, de cerca de 200 povos diferentes, em Brasília, fazendo com que este tenha sido o segundo maior evento desde 2003, quando foi realizado o primeiro acampamento. O maior ATL foi realizado no Rio de Janeiro, em 2012, na ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20. Convocada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a Mobilização foi apoiada por diversas organizações indigenistas, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e o Instituto Socioambiental (ISA), e ambientalistas, como o Greenpeace, dentre outras.

Cientes da contundência já tradicional dos ATL anteriores, cujos objetivos têm sido o de demandar a efetivação das demarcações das terras indígenas, além de denunciar as violações aos seus direitos (*leia mais sobre o histórico dos acampamentos nas páginas 4 e 5 desta edição*), e da desafiadora conjuntura, em que os Três Poderes se omitem da responsabilidade de garantir a efetivação dos direitos indígenas – ou até mesmo são os responsáveis pela ofensiva sobre estes direitos -, a expectativa dos indígenas era evidente: a de imprimir um forte tom político à mobilização, no sentido de defenderem seus direitos. A participação espontânea de muitas delegações que articularam suas vindas por conta própria e sem qualquer apoio

financeiro ou logístico de outras organizações pode ser considerada uma evidência dessa disposição política.

A presença e o apoio de quilombolas e sem terras também deixou claro que diferentes segmentos da sociedade vinculados à terra criticam a atual opção governamental de priorizar os interesses do agronegócio, das corporações e de parlamentares vinculados a ele, em detrimento do respeito à própria vida dos povos indígenas e das populações tradicionais.

Chegada, rituais e compromissos

As primeiras delegações começaram a chegar no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia (GO), já no dia 11 de abril. Conforme foram chegando e se acomodando nas redes, barracas e acampamentos improvisados, os povos explicitavam seu modo coletivo de ser e viver e sua profunda espiritualidade. Diferentes rituais eram realizados desde o alvorecer até altas horas da noite, com a presença de crianças, mulheres, homens e idosos.

Um mar de bordunas, cocares, arcos, flechas, rostos pintados, trajes e vestimentas dos diversos povos simbolizavam a disposição e os compromissos trazidos de cada aldeia, em viagens que chegaram a durar até oito dias – considerando trajetos feitos de voadeira, rio abaixo na Amazônia, por exemplo, seguidos de viagens de ônibus e, posteriormente, avião.

Na tarde do dia seguinte, o auditório ficou totalmente lotado durante a realização da primeira plenária. As falas das lideranças foram pautadas pelo cenário de crescente criminalização, pela paralisação dos processos de demarcação de terras e pelas diversas iniciativas que retiram seus direitos. Nesse sentido, destacam-se:

- ◆ a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, que transfere do Executivo para o Legislativo a prerrogativa de demarcar terras indígenas, titular territórios quilombolas e criar Unidades de Conservação ambiental;
- ◆ o Projeto de Lei (PL) 1610/1996, que aprova e regulamenta a mineração em terras indígenas;



Em vigília, indígenas exigem que STF garanta seus direitos

Debaixo de forte chuva, à tarde, os indígenas realizaram uma vigília no Supremo Tribunal Federal (STF) especificamente contra três decisões recentes que ameaçam direitos garantidos pela Constituição.

O ato foi precedido por uma marcha de meia hora pela Esplanada dos Ministérios. Ao passar pelo Congresso, os guerreiros, na linha de frente, apontaram suas flechas e bordunas para o símbolo do poder Legislativo, enquanto as lideranças gritavam “Fora PEC 215”, munidas de maracás e apitos. Diante do STF, que foi cercado por policiais, as lideranças cantaram e dançaram o toré por horas, pedindo que os ministros do Supremo garantissem seus direitos, ao invés de restringi-los. “Essa chuva

toda é para lavar o mal do STF”, afirmaram alguns dos participantes.

As decisões em questão, tomadas pela 2ª Turma do Supremo entre setembro e dezembro de 2014, anulam as portarias declaratórias de três terras indígenas em diferentes estágios do processo de demarcação. Os ministros interpretaram que as terras Guyaroká, do povo Guarani-Kaiowá; Limão Verde, dos Terena, ambos no Mato Grosso do Sul; e Porquinhos, dos Canela Apanyekrá, no Maranhão, não seriam terras indígenas porque os povos não estariam vivendo nelas em 5 de outubro de 1988, quando a Constituição Federal foi promulgada, o que caracteriza a tese do “marco temporal”.

Em uma das três decisões, até mesmo o conceito jurídico de esbulho, isto é, a remoção forçada, foi modificado, já que passou a considerar que para configurar uma situação de esbulho, ainda que expulsos, os indígenas deveriam estar, na data da promulgação da Constituição, disputando a posse da terra via conflito de fato ou travando disputas judiciais.

Liderança do povo Guarani-Kaiowá e da Aty Guasu, a Grande Assembleia desses dois povos, Anastácio Peralta, contesta lembrando que, em Mato Grosso do Sul, as expulsões foram realizadas pelo próprio Estado, que também tutelava os povos indígenas. “Eles nos esbulharam e agora falam que nós não existíamos lá.



Mobilizações espalham-se por todo o país

Reforçando as reivindicações dos parentes que viajaram a Brasília, indígenas fizeram atos, ocupações e protestos em todas as regiões do país. *Confira alguns deles:*

Rondônia – Em Vilhena e outros municípios do estado, rodovias foram paralisadas e houve a entrega de documentos com reivindicações a diversos órgãos públicos federais solicitando o fortalecimento da Fundação Nacional do Índio (Funai) e apoio do governo federal para impedir ações de madeireiros e grileiros, além de expressarem repúdio à criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (Insi), à terceirização da pasta e à PEC 215.

Maranhão – Mais de 100 indígenas do povo Gamela fecharam a rodovia estadual MA-014, na altura do município de Viana, a cerca de 900 quilômetros da capital São Luís. “Latifundiários nos ameaçam de prisão, de morte. Sentimos medo, mas, como guerreiros, não vamos sair”, afirmou Antônio Carlos Gamela.

Bahia – Com cerca de 2 mil pessoas, uma marcha em Salvador foi realizada pelos povos Pataxó, Pataxó Hã-hã-hãe, sem terras, quilombolas e mais uma diversificada gama de organizações dos movimentos sociais. Percorrendo os órgãos públicos baianos, os participantes reivindicaram a realização da reforma agrária, a demarcação de terras indígenas e a titulação de terras quilombolas, além de condenarem a PEC 215 e a retirada dos direitos de indígenas e dos trabalhadores do campo e da cidade. “Concluimos que é necessária essa aliança porque todos estão tendo seus direitos negados”, declarou Fábio Titia.

Paraíba – Mais de mil indígenas Potiguara fecharam durante a manhã do dia 15 a rodovia BR-101, na altura do município de Rio Tinto, litoral norte do estado. As reivindicações envolvem a PEC 215, a demarcação das terras indígenas, a Portaria 303, a homologação e a desintrusão da Terra Indígena Monte Mor, além da conclusão da demarcação da Aldeia Taepi, invadida pelas usinas de cana Monte Alegre e Agican, que jogam o vinhoto nos rios onde os indígenas pescam. Após dois assassinatos de caciques em dois anos e outros atentados, além das constantes ameaças, os Potiguara reivindicam que outros caciques ameaçados sejam incluídos no Programa de Defensores de Direitos Humanos.

Minas Gerais – As pautas do Acampamento Terra Livre foram debatidas em três eventos. Entre os dias 16 e 19 aconteceu o I Mutirão dos Povos Indígenas e das Populações Tradicionais do Norte de Minas Gerais, na Aldeia Brejo Mata Fome, município de São João das Missões. O mutirão contou com a participação de cerca de 400 indígenas e 100 aliados. Nos dias 17 e 18 foi realizada a Festa Indígena Pataxó, na Aldeia Gerú Tucunã Pataxó, Distrito de Felicina, no município de Açucena. E nos dias 18 e 19 aconteceu a Festa Indígena Maxakali, na Aldeia Verde, município de Ladainha.



Maria Angélica Chiang/Coletivo Terra Vermelha

Mato Grosso do Sul – Cerca de 10 mil indígenas dos povos Guarani-Kaiowá, Terena, Kadiwéu e Kinikinau bloquearam, na manhã do dia 14, duas rodovias federais, BR-163 e BR-156, e uma estadual. Essas ações repercutiram até no Paraná, na cidade de Guaíra, onde vivem comunidades Avá-Guarani constantemente violentadas pelos opositores às demarcações de terras,

por meio de ameaças, sequestros, estupros e atentados. No dia 15, o Coletivo Terra Vermelha promoveu uma marcha que contou com a presença de 250 pessoas, em Campo Grande. Também foram realizadas encenações teatrais e debates sobre as iniciativas anti-indígenas.

Rio Grande do Sul – Em aliança com os quilombolas, os indígenas conseguiram barrar a aprovação, no dia 15, de um Projeto de Lei (PL) inconstitucional em tramitação na Assembleia Legislativa que pretende impedir demarcações de terras indígenas e titulações de territórios quilombolas que afetem pequenos agricultores ou pecuaristas. “O estado não pode legislar sobre terras indígenas ou quilombolas, impedindo demarcações. Isso é inconstitucional, um completo absurdo”, afirmou o cacique Kretã Kaingang.

- ◆ o Projeto de Lei (PL) 7735/2014, que permite o acesso e a exploração econômica dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais da biodiversidade à indústria mesmo sem o consentimento dos povos e comunidades tradicionais, detentores desses conhecimentos;
- ◆ o Projeto de Lei Complementar (PLP) 227/2012, que modifica o artigo 231 da CF e permite a exploração e construção de obras nos territórios indígenas, caso haja relevante interesse público da União;
- ◆ a Portaria 303, da Advocacia Geral da União (AGU), que possibilita intervenções militares e empreendimentos hidrelétricos, minerais e viários em terras indígenas sem consulta prévia aos povos, além de prever a revisão dos territórios já demarcados e homologados;
- ◆ e as três recentes decisões da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendem processos de demarcação de terras indígenas pautadas pela tese do “marco temporal”.

Lindomar Terena, membro da coordenação nacional da Apib, pediu às lideranças que não aceitem os retrocessos do contexto atual: “Não viemos aqui para brincar, viemos dizer que estamos vivos. Nós vamos defender nossos territórios nem que seja com nossas próprias vidas”.

Outras falas criticaram a atual configuração do Congresso Nacional, cuja atuação tem excluído sistematicamente os povos indígenas das decisões que

dizem respeito aos seus próprios territórios. Ressaltaram ainda que as mineradoras, empreiteiras, madeiras e o agronegócio são os principais financiadores das campanhas eleitorais dos políticos que compõem a bancada ruralista, e, portanto, os principais interessados na paralisação dos processos de demarcação e na abertura das terras indígenas à iniciativa privada.

Esplanada tomada

Na madrugada do dia 14, mais de 30 ônibus chegaram à Esplanada dos Ministérios para a montagem do Acampamento Terra Livre (ATL). Com lonas, bambus e barracas, aos poucos, o gramado em frente ao Ministério da Justiça foi sendo ocupado. Sob as lonas, as delegações organizaram-se por regiões, estados, povos, dividindo-se também em equipes de segurança, limpeza, saúde, cultura e comunicação.

A preparação para o acampamento começou meses antes de chegar à Esplanada. “Tivemos os momentos em nossas matas em que pedimos forças aos Encantados para que nos conduzissem na viagem e aqui no Distrito Federal”, revelou o cacique Marcos Xukuru. “Fizemos todo um processo de articulação, de ida aos povos e conversas com as lideranças explicando o que é o Acampamento e o que ele representa para os povos indígenas do país. Nossa grande luta é por direitos, para evitar que a Constituição seja violada”, declarou ele.

e pelos processos de esbulho territorial, entre outros tipos de violação.

“Na maioria dos casos que analisamos, pudemos verificar que os indígenas expulsos ou impedidos à força de ocuparem seus territórios foram obrigados a adotar estratégias para evitar o confronto direto a fim de conseguirem permanecer usufruindo de suas terras tradicionais, mesmo que de maneira precária. Exemplos disso são os recorrentes e documentados casos de permanência nos fundos das fazendas, como ocorreu na Terra Indígena Guyraroká e também no Limão Verde”, avalia Kehl, na carta, que também foi protocolada junto aos processos dessas terras.

Claro que não, porque havíamos sido expulsos. Além disso, como poderíamos processar se éramos tutelados?”, questionou.

Fatos que revelam a verdade

A psicanalista Maria Rita Kehl, responsável pelo capítulo sobre camponeses e indígenas no relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) encaminhou, também no dia 14, uma carta a todos os ministros do Supremo para sensibilizá-los sobre o assunto. Ela ressalta que, entre as conclusões da CNV, baseadas em farta base documental e testemunhal, o Estado brasileiro é responsabilizado pelas remoções forçadas

Limitados pelo blá blá blá institucional

Com uma agenda que priorizou reuniões e audiências com representantes do governo, do Parlamento e do Judiciário, povos indígenas saem de Brasília sem nenhum compromisso significativo deles na garantia de seus ameaçados direitos. Para piorar, no “Dia do Índio”, o Executivo homologou apenas três terras indígenas na Amazônia.

Grupo de Comunicação da Mobilização Nacional Indígena

“**E**xigimos que o seu governo cumpra os compromissos de campanha manifestados na Carta aos Povos Indígenas do Brasil, divulgada em 23 de outubro de 2014. Reivindicamos que a senhora presidente, Dilma Rousseff, assine os decretos de homologação de mais de 20 terras indígenas que estão sobre sua mesa, uma vez que estas estão sem qualquer impedimento judicial e/ou administrativo para o ato”. Essa foi a principal demanda do documento protocolado e entregue ao ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Miguel Rosseto, na manhã do dia 15 de abril, durante audiência no Palácio do Planalto com representantes indígenas das cinco regiões do país.

O ministro recebeu as lideranças depois de uma marcha realizada pela Esplanada pelos mais de 1,5 mil indígenas que participaram da 11ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL). Em meio a gritos de “Fora PEC 215”, a marcha seguiu por aproximadamente uma hora e, ao chegar na frente do Palácio, os indígenas permaneceram por outras duas horas rezando e fazendo o toré (ritual tradicional), dentre outras práticas espirituais. As lideranças indígenas também reivindicaram que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, publique as portarias declaratórias que aguardam sua assinatura e que a Fundação Nacional do Índio (Funai) publique os Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação (RCID) concluídos e que continuam engavetados.

Rosseto garantiu que as demandas apresentadas pelo grupo chegariam à Dilma e reafirmou que a Presidência é contra a PEC 215 e que a definição do comando da Funai deve ser feita urgentemente. Há dois anos seus presidentes têm sido interinos.

Indígenas e sem terras reafirmam a Cunha oposição à PEC 215

Durante a tarde do dia 15, 25 representantes da Mobilização Nacional Indígena e cinco da Frente Nacional de Lutas (FNL) entregaram ao presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a carta política do 11º ATL. No documento, dentre outras demandas,

está a posição dos povos indígenas contra a PEC 215.

Cunha se comprometeu com os indígenas a não usar a prerrogativa presidencial de levar a proposta para votação no plenário e disse que não há pressa para votá-la. O peemedebista afirmou que a instalação da Comissão Especial faz parte do rito de cada nova legislação, e que isso não significa que seja a favor ou contra a PEC 215. Todavia, não mencionou que, dois dias antes de instalar a comissão, filiou-se à Frente Parlamentar da Agropecuária. Por conta disso, a posição de Cunha não inspirou confiança entre os indígenas.

“Já se passaram quase 30 anos da promulgação da Constituição. Na época determinaram que em cinco anos todas as terras indígenas deveriam ter sido demarcadas. Esse prazo não foi respeitado e nem a Constituição está sendo. A própria casa que a criou quer desfazê-la. É uma vergonha”, afirmou o cacique Naílton Pataxó Hã-hã-hã.

A aliança entre sem terras e povos indígenas possui uma causa comum. “Está tudo vinculado à terra. Lutamos pela demarcação das terras indígenas e titulação das quilombolas, assim como para que as terras improdutivas venham para a reforma agrária. Só será possível isso com esse entendimento de unidade na luta”, disse José Rainha, liderança da FNL.

O apoio de (alguns) parlamentares

Logo após a audiência no Congresso, nove parlamentares da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, relançada em março deste ano, visitaram o ATL e manifestaram seu apoio à Mobilização Nacional, posicionando-se contra a PEC 215, a paralisação das demarcações pelo Executivo e as recentes decisões anti-indígenas do STF. Os deputados presentes foram: Ságua Moreira (PT/MT), Janete Capiberibe (PSB/AP), Nilto Tatto (PT/SP), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Padre João (PT/MG), Paulo Pimenta (PT/RS), Elisiane Gama (PPS/MA) e Érica Kokay (PT/DF). O único senador que esteve na tenda do acampamento foi João Capiberibe (PSB/AP). A ex-senadora, ex-ministra e ex-candidata à presidência da República, Marina Silva, também esteve presente.

Luzia Parracho



Convidados, mas constrangidos no Congresso

O dia 16, último dia do Acampamento Terra Livre, foi marcado por duas sessões solenes, uma na Câmara e outra no Senado, em homenagem ao “Dia do Índio”. Dispostos a dialogar com os parlamentares das casas onde tramitam propostas legislativas que atacam seus direitos, os indígenas passaram por vários constrangimentos.

Pela manhã, na Câmara, apenas 180 indígenas foram autorizados pela mesa diretora da Câmara Federal a participar da sessão no Plenário Ulysses Guimarães. A expectativa inicial era a de que entrassem pelo menos 700 indígenas. Na rampa de entrada para o Congresso, o grupo foi barrado por força policial e dividido em delegações – o que levou muitos a retornarem ao acampamento, indignados com o tratamento que receberam naquela que é conhecida como a Casa do Povo. Também causou indignação a revista feita antes deles entrarem no Congresso.

Ministro Dias Toffoli recebe lideranças no STF

As lideranças indígenas Wagner Krahô Kanela, do Tocantins, Valdelice Veron Guarani-Kaiowá, Lindomar e Paulino Terena, do Mato Grosso do Sul foram recebidos pelo ministro José Dias Toffoli, na tarde do dia 15, no Supremo Tribunal Federal (STF), para tratar do reconhecimento dos direitos territoriais indígenas.

Há o risco de serem confirmadas, no Plenário do Supremo, recentes decisões da 2ª Turma que anulam portarias declaratórias de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos Guarani-Kaiowá e Terena, no Mato Grosso do Sul, e Canela-Apãnjekra, no Maranhão. As decisões baseiam-se na tese do “marco temporal”,

que condiciona o direito indígena à posse do território na data da promulgação da Constituição Federal. “Como poderíamos estar na terra em 88 se expulsaram a gente e nos mandaram para as reservas? Não tivemos nem a chance de nos defender nesse processo”, questionou a liderança Lindomar Terena.

O ministro recebeu um memorial sobre a Terra Indígena (TI) Limão Verde, do povo Terena, uma das que tiveram portaria declaratória invalidada. “É uma área em que não tem mais conflitos e os fazendeiros já foram indenizados. Ficamos preocupados porque essas decisões despertam ainda mais violências contra nós”, alertou Paulino Terena.

Documentos juntados ao memorial comprovam que a área foi registrada em nome da União, em 2007, e que o posseiro e autor da ação contra os indígenas recebeu uma indenização de cerca de R\$ 500 mil, ainda em 2001. Todos os proprietários que tinham títulos de boa-fé incidentes sobre a terra indígena também já receberam indenizações.

Constam ainda no memorial o Relatório Figueiredo e o capítulo indígena da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que sistematizam o esbulho e as violências sofridas pelos povos indígenas, de 1946 a 1988, praticadas por particulares e principalmente pelo Estado. “Não

queremos todo o Mato Grosso do Sul, só esses pedacinhos que para nós são sagrados”, disse Valdelice Veron, do povo Guarani-Kaiowá.

Toffoli é da 2ª Turma do STF e deve votar – juntamente com Celso de Mello, Gilmar Mendes, Cármen Lucia e Teori Zavascki – um recurso apresentado pela Funai contra a decisão relativa à TI Limão Verde. Os ministros devem votar ainda o pedido de ingresso da comunidade indígena no processo. Relator do processo, Zavascki deverá decidir sobre os embargos divergentes do Ministério Público Federal, que, se aceitos, devem ser julgados pelo Plenário do Supremo.

Temer afirma desconhecer paralisação das demarcações

O vice-presidente Michel Temer (PMDB), durante audiência com lideranças indígenas também na tarde do dia 16, disse desconhecer a paralisação das demarcações de terras indígenas no país. No momento existiam 21 processos demarcatórios totalmente concluídos, sem impedimentos administrativos ou jurídicos, que aguardam há anos apenas a homologação da Presidência. “Vou falar com a presidente Dilma. Não estou sabendo desses processos paralisados, mas vou dizer que eu os recebi, para que, se for o caso, dar sequência

a essas demarcações”, declarou Temer. Juntamente com as lideranças Ceíça Pitaguary, Cleber Karipuna, Neguinho Truká, Ubirajara Sompré e Sandro Tuxá, Sonia Guajajara, coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), lembrou outros 12 processos paralisados no Ministério da Justiça, também sem nenhum impedimento. “Todos estão parados por conta de uma decisão política. De todos os governos do período democrático, esse foi o que menos demarcou as terras indígenas”, alertou. “Os processos precisam ser

retomados porque a situação é muito ruim em todo o país: em Mato Grosso do Sul vemos a violência, o povo na beira da estrada e os assassinatos todos os dias, assim como no Sul do Brasil; no Nordeste, há a constante luta pela retomada de seu território; na Amazônia, todas as terras indígenas sofrem graves situações de invasão, de exploração de madeira e minério”. A extinção da PEC 215/2000 e a necessidade de mudança na matriz energética do país também foram demandadas pelos representantes indígenas.



Os povos presentes no maior Acampamento Terra Livre já realizado em Brasília saíram da capital federal com a certeza da necessidade de fortalecer ainda mais a resistência indígena

Fábio Nascimento



A sessão teve início, às 10h, com dois outros episódios constrangedores. A ausência do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB/RJ) e a censura a um filme sobre as lutas dos povos em Brasília que seria exibido no início da homenagem. Preparado pela Mobilização Nacional Indígena, o documentário trata da PEC 215, razão pela qual acabou censurado.

Sonia Guajajara criticou o fato de haver tanto preconceito contra os indígenas na Casa. “Não entendemos por que querem nos invisibilizar. Por que o acordo com aqueles que matam, destroem, roubam? Não podemos permitir que o agronegócio e o capitalismo sejam maiores que a vida”, criticou, lembrando que outros projetos anti-indígenas, como o PLP 227/2012 e o PL 1610/96, tramitam na Câmara e no Senado.

Poucos parlamentares participaram da sessão, quase todos membros da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas. João Tapajós, do Pará, reclamou da restrição ao tempo de fala dos representantes indígenas por região. Davi Kopenawa, xamã do povo Yanomami, foi um dos últimos a falar ao plenário, já quase esvaziado: “Essa casa é a casa da cobra grande. A cobra grande está aqui. Nós queremos matar essa cobra grande; matar, queimar e enterrar para não nascer mais aqui. Fizeram essa lei, sem consulta com ninguém, para matar o nosso povo”, referindo-se à PEC 215.



Fábio Nascimento

“Não é festa, é cobrança”

No Senado, foi a vez de objetos sagrados, como maracás, serem barrados. Os indígenas que se dirigiram ao Plenário para a sessão que começaria às 15h foram obrigados a deixá-los no saguão de entrada do Senado. “O maracá [chocalho sagrado] é a fala de Ñanderu!”, bradou o cacique Tito Vilhalva, liderança Guarani-Kaiowá. Depois da pressão do movimento indígena, os maracás foram liberados.

No início da sessão, aos gritos de “Demarcação já!”, os indígenas demonstraram que não aceitaram o convite para festejar, mas sim para pressionar ainda mais os parlamentares. O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL), assim como Cunha, também não participou da sessão.

Neguinho Truká cobrou que os parlamentares presentes não se limitem a fazer alterações no texto da PEC 215, mas que barrem a proposta. “Mataram a gente com a Bíblia e com a espada, e hoje matam com leis”, denunciou. Davi Kopenawa fazendo coro ao parente Truká disse que é preciso destruir a PEC 215: “Eu não quero morrer outra vez como morremos 500 anos atrás”.

As graves violações contra as comunidades indígenas do país foram levantadas na tarde do dia 16 também pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal. Deborah Duprat, coordenadora da 6ª Câmara da Procuradoria Geral da República (PGR), afirmou que os problemas são estruturais. “O Legislativo está se descuidando do importante papel que recebeu na sequência da Constituição, que é o de justamente pluralizar as decisões, ouvir. Boas leis não se farão se os interessados não forem ouvidos pelo processo legislativo. Nem a Convenção 169 é respeitada”, destacou ela, completando sua avaliação de que “os demais poderes da República estão imobilizados, refratários à questão indígena. As poucas conquistas de 1988 estão ameaçadas. São temas que não interessam apenas aos indígenas, mas a toda sociedade”.

“No Mato Grosso do Sul não existem direitos humanos”, afirmou uma liderança indígena com mais de três atentados sofridos, um tiro de arma de fogo recebido na perna e sete meses longe da família e da aldeia por conta das ameaças sofridas. Paulino Terena, todavia, não se intimida. Segue na luta.

Com ação pífia, Executivo explicita compromisso com setores anti-indígenas

A falta de comprometimento dos governantes e parlamentares com as demandas dos povos indígenas e na defesa de seus direitos, demonstrada durante as reuniões e audiências realizadas durante a Mobilização, não poderia ter sido mais explicitada do que foi através do anúncio feito pelo governo federal para comemorar o “Dia do Índio”.

Na mesma semana em que mais de 1,5 mil indígenas acamparam na capital federal e protestos foram realizados em todas as regiões do país, a homologação de apenas três terras indígenas na região Norte do Brasil revela o profundo abismo entre a ação governamental e as necessidades e demandas dos povos indígenas. O fato de haver mais de 30 processos de demarcação sem qualquer impedimento judicial engavetados nas mesas do ministro Cardozo e da presidente Dilma, 161 terras indígenas com pedidos de identificação na Funai e outros 331 pedidos de identificação de terras sem que nenhuma providência tenha sido ainda encaminhada agravam ainda mais esta situação.

“... o ato prova a perene submissão do governo Dilma aos interesses do latifúndio e do agronegócio, entre outros poderes econômicos, que tomaram conta de espaços de decisão nos distintos âmbitos do Estado e nas regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste do país”, declarou a Apib em nota pública. As áreas homologadas foram: TI Arara, habitada por povos Arara e Juruna, no município de Senador José Porfírio, no Pará; TI Mapari, habitada pelo povo Kaixana, nos municípios de Fonte Boa, Japurá e Tonantins, no Amazonas; e TI Setemã, do povo Mura, nos municípios de Borba e Novo Aripuanã, no Amazonas.

De acordo com a avaliação do secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber Buzatto, “ao deixar de decidir pela continuidade dos processos das 33 terras que não têm nenhum impedimento jurídico nem administrativo, o governo explicita uma situação de ilegalidade baseada em um compromisso político com os setores anti-indígenas, especialmente o agronegócio. E é justamente este setor que tem potencializado os conflitos, as violações, violências, assassinatos e criminalização de indígenas no país. Portanto, é uma decisão totalmente equivocada, ilegítima, ilegal e absurda”. Desse modo, os povos indígenas voltaram para suas aldeias com uma convicção clara: a de que a luta precisa ser intensificada. ♦

O que pensamos sobre a vida, após 515 anos de contato

“Como os poderosos querem viver bem se eles mesmos destroem a natureza que dá equilíbrio à vida?... O que resta pra nós é somente confiar na nossa luta, nossa luta pela vida”

Joaquim Adiala Hara-Guaraniete Miri, professor Guarani-Kaiowá*

Abril é o mês dos povos indígenas. Portanto, também é mês dos povos Guarani e Kaiowá, que moram no Mato Grosso do Sul, estado bastante violento com seus habitantes originários. Nós, Guarani e Kaiowá, sempre preservamos a vida. A vida dos seres humanos, dos animais, das plantas, dos rios, das nascentes. Defendemos a natureza e defendemos a vida. Não temos intenção de destruir o que a natureza nos oferece para viver. Há mais de 500 anos chegaram os portugueses e espanhóis em busca de “riquezas”, que pra nós só significou destruição. Até hoje destroem nossa matas, nossos rios e, agora, nosso solo. Hoje as aldeias vivem em situação de confinamento, principalmente as reservas demarcadas pelo SPI [Serviço de Proteção ao Índio], que geram vários problemas como violências, suicídios, trabalho escravo, usos de entorpecentes na comunidade.

Nós, povos indígenas, sofremos opressão de todos os lados pelos latifundiários. Essa opressão vem também do Congresso dos deputados e senadores e, mais recentemente, até mesmo do Supremo Tribunal Federal. Somos verdadeiros brasileiros, mas considerados estrangeiros na nossa própria terra. Muitas lideranças Guarani e Kaiowá foram assassinadas cruelmente, como Marçal de Souza Tupã'i, na aldeia Campestre, município de Antônio João; Dorival Benites, na aldeia Sombreiro, município de Sete Quedas; Marcos Veron, na aldeia Takuara, município de Juti; Nísio Gomes, na Terra Indígena Guaiviry, dentre tantos outros, somente no Mato Grosso do Sul. Essa situação vem acontecendo desde 1500 e continua até hoje.

Mas, ao contrário do que pensam, as mortes dessas lideranças só faz com que aumente mais ainda a nossa força espiritual, a força dos guerreiros, para lutar. Hoje podemos dizer que mesmo se a lei maior do Brasil for modificada e se tornar contrária ao modo de ser e de viver indígena, continuaremos lutando até o último guerreiro.

O que resta pra nós é somente confiar na nossa luta, pois vemos que os políticos são latifundiários ou agem com eles, e vão continuar insistindo para a aprovação da PEC [Proposta de Emenda à Constituição] 215. Enquanto indígenas Guarani e Kaiowá, continuaremos a pedir humildemente para que não seja aprovada essa proposta de lei, pois ela vai afetar constantemente a nossa vida. A terra que tínhamos no passado nos fornecia, abundantemente, a riqueza da natureza para a vida. Ela não era utilizada para nós enriquecermos. Nós, Guarani e Kaiowá, somos contra a PEC 215.

Hoje percebemos que a sociedade não tem mais amor pela vida, mas sim pelos bens materiais, pelo



Joana Ortiz/Cimi, Mato Grosso do Sul

“A terra que tínhamos no passado nos fornecia, abundantemente, a riqueza da natureza para a vida. Ela não era utilizada para nós enriquecermos... Acreditamos ainda que alcançaremos a Terra Sem Males, lutando pela recuperação das nossas terras tradicionais.”

capital, pelo tal de progresso. Nós, indígenas, vemos que hoje há muitas explorações por parte dos políticos, como corrupções, terrorismo, construções de usinas, como Belo Monte, que afetam a vida de índios e não índios. Como os poderosos querem viver bem se eles mesmos destroem a natureza que dá equilíbrio à vida? A destruição da natureza causou uma grande crise de falta de água na cidade de São Paulo, que afeta tanto os pobres como os ricos.

Nós, Guarani e Kaiowá, queremos construir uma vida do nosso jeito. Educar, ensinar e aprender do nosso jeito. Queremos a terra, que sempre foi nossa, para nós cuidarmos das nossas crianças, dos jovens, dos mais velhos. Queremos a terra para a vida, não para enriquecer. Sabemos que nossa vida não será mais

igual ao que era há mais de 500 anos. A nossa única esperança não é mais a natureza, não são mais as matas, mas sim a terra onde podemos plantar e produzir para sustentar nossas famílias. Não queremos mais depender das cestas básicas. Nós, no passado, não vivíamos de favores e não precisamos deles. Queremos produzir nossos próprios alimentos. Devolver nossa terra, esse será o grande “financiamento” que o governo nos fornecerá. É o único caminho que achamos até hoje para continuarmos a viver com dignidade.

Nós, Guarani e Kaiowá, vamos continuar a lutar pela vida, acima de todos e de tudo. Acreditamos ainda que alcançaremos a Terra Sem Males, lutando pela recuperação das nossas terras tradicionais Yvy Katu, Ñanderu Marangatu, Pyelito Kue, Sombreiro, Ñanderu Laranjeira, Lima Campo, Passo Piraju, todas no Mato Grosso do Sul, e pela Terra Indígena Jaraguá, na capital de São Paulo, dentre outras áreas retomadas.

Somos os verdadeiros donos da terra. Não invasores, muito menos estrangeiros. Somos da paz, somos os que amam a vida e, por isso, continuaremos lutando, mesmo que nossos líderes sejam mortos. Nós ressurgiremos e viveremos para sempre! ♦

* Joaquim Adiala Hara-Guaraniete Miri é professor na aldeia Porto Lindo, na Terra Indígena Ivy Katu, no município de Japorã (MS). Ele é formado em Magistério Indígena Ara Vera, em Pedagogia pela Faculdade Integrada de Naviraí e com Licenciatura Indígena Intercultural Teko Arandu em Matemática pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Assine o

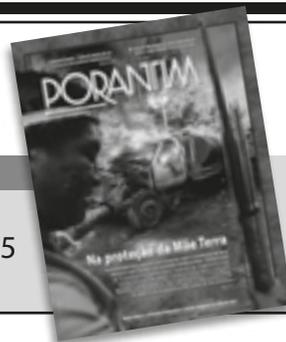
PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco – Agência: 0606-8 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios



adm.porantim@cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 60 * Com a assinatura de apoio
Ass. dois anos: R\$ 100 você contribui para
Ass. de apoio*: R\$ 80 o envio do jornal
América Latina: US\$ 50 a diversas comunidades
Outros países: US\$ 70 indígenas do país

Os Guarani e o segredo de “Matiguorosso”

Fatos históricos e culturais recentemente descobertos por pesquisadores reforçam a relevância de reconhecer a tradicionalidade do povo Guarani e demarcar a Terra Indígena Morro dos Cavalos

Rosana Bond, colaboradora do Cimi Sul*

Enquanto interesses mesquinhos de empresários, políticos e “governos” atrasam há vários anos a demarcação da Terra Indígena Morro dos Cavalos (situada no litoral de Santa Catarina, perto de Florianópolis), duvidando da tradicionalidade da presença do povo Guarani naquela área, alguns fatos recentemente descobertos impressionam os pesquisadores da temática indígena e reforçam a importância do reconhecimento e da demarcação dessa área.

O primeiro foi a notícia de que foram localizados na Bolívia alguns descendentes dos Guarani que fugiram da costa catarinense nos séculos XVI e XVII, devido aos ataques dos bandeirantes escravizadores. Entre eles há um grupo que identifica-se com aquele que viajou com o navegador espanhol Aleixo Garcia aos Andes. Saídos da região do Massiambu/Morro dos Cavalos, guiaram Garcia pelo milenar Caminho de Peabiru, fazendo com que este personagem descobrisse o império inca pelo menos sete anos antes de Francisco Pizarro (explorador que entrou para a história como o “conquistador do Peru”).

Os parentes desses Guarani de Santa Catarina são os também Guarani da região boliviana do Isoso (pronuncia-se “Issosso”), localizada no departamento de Santa Cruz de la Sierra.

Os isosenhos são conhecidos há muito tempo. O que há de novo são as revelações que eles fizeram aos pesquisadores considerados amigos. É bom que se diga que todos os Guarani costumam ser muito reservados frente aos *juruaís* (brancos, não-índios), só brindando informações a pessoas que consideram confiáveis.

Uma das informações que os isosenhos contaram, rompendo o silêncio habitual, é que ainda existe entre eles uma lembrança sobre Aleixo Garcia e que, na intimidade da vida comunitária, o chamam de “nosso pai, aquele que trouxe nosso povo”. Há relatos quinhentistas de que um grupo dos guias Guarani permaneceu na Bolívia, no retorno da expedição.

Conhecimentos desse tipo, transmitidos de geração a geração, encontrados vivos após cinco séculos, são bombásticos. Foi o que falei ao sociólogo, indigenista e ex-diplomata boliviano Franz Michel Torrico, um dos amigos confiáveis daqueles índios, que me passou tal informação durante uma visita de estudos que fiz a Santa Cruz em 2010.

Uma outra novidade foi descoberta por pesquisadores a respeito de uma festa sagrada, a Aretê, realizada anualmente pelos Guarani isosenhos e que é cercada de sigilos e mistérios por parte deles. O festejo em si, composto por um conjunto de rituais, é célebre (e muitas vezes frequentado por brancos), mas diversos detalhes de sua simbologia sempre foram ocultos.

Um informe inédito, prestado pelos isosenhos e publicado no livro *Arakae – Historia de las comunidades isoseñas* revelou que uma parte essencial da Aretê, em que se realiza o impressionante Rito das Máscaras, cujo simbolismo nunca tinha sido nitidamente explicado antes, significa uma homenagem ao local de origem de seus ancestrais, que segundo eles viviam à beira de uma grande água, “tão grande que não se podia ver o outro lado”.

Atentos estudiosos logo cogitaram na Bolívia: tudo levava a crer que se tratava de uma homenagem ao litoral de Santa Catarina, situado no distante Brasil. Ponto de onde os antepassados Guarani dos isosenhos partiram junto com Aleixo, o “pai”.

A este lugar muito especial, conforme o livro, os isosenhos chamam de “Matiguorosso”.

A novidade significou uma reviravolta, pois na Bolívia sempre se pensou que Matiguorosso (palavra pronunciada e repetida enfaticamente pelos mascarados no ritual da Aretê, sem nunca haver maiores explicações por parte dos indígenas) pudesse estar relacionada aos estados brasileiros de Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul, devido à semelhança.

Mas não era nada disso...

Baseada nessa fascinante história (pouco conhecida pelo público brasileiro) e homenageando o inesquecível Matiguorosso da memória ancestral, sede da injustiçada aldeia Morro dos Cavalos e várias outras beijadas pelo mar catarinense, me atrevi a recriar alguns versos do *Canto Geral*, de Pablo Neruda (a quem, lá “en el mundo de arriba”, peço vênica e perdão pela insolência):

Matiguorosso... Matiguorosso... Matiguorossoooooo...

Fostes Massiambu, fostes Meiembiipe, Y-Jurerê, Itapocu, Itapema, Araranguá, Biguaçu, Itacorubi, Garopaba, Tubarão.

Matiguorosso lembrança viva! Em ti as iniciais da terra estão gravadas.

Eu e os meus – gente da flecha e do milho, da cerâmica e do cesto – ainda te recordamos.

Também o vento do sul não te esqueceu. Nem o idioma da água foi enterrado. As chaves não se perderam.

Terra minha de nome guardado, segredo inútil.

Porque teu aroma me subiu pelas raízes até o pote de argila em que bebi, até a mais delgada palavra que nasceu de minha boca.

Matiguorosso... Matiguorosso... Matiguorossoooooo...

Costa meridional, deusa, visitada por gotas transparentes verdazuis.

Uma árvore de onde brotam pedras e mananciais é teu espectro de fêmea acobreada que morde jabuticabas.

Então o vento. A água te estremecia na cintura. Areias e torrentes arrastadas através das horas e dos séculos, quebrando no caminho todo o sal da geologia.

No debruado marítimo germinavam o peixe, a fruta, a ostra, o milho, a mandioca.

Perfumavam o reino das cozinhas de palha. Enquanto sobre os tetos se estendia um manto de sol debruado, ele também um deus que sobrevoava tudo numa canoa improvável.

A selva era uma gruta e no mistério das sombras, eu, o guarani-carijó, cantava com a fumaça que subia na tarde. Canto meu e dos meus enquanto o tabaco volteava o útero fresco de mais um anoitecer.

Matiguorosso... Matiguorosso... Matiguorossoooooo...

Fui o mestre artífice das tuas ilhoas rochas gravadas.

Também fomos, eu e os meus.

Porém, o branco as desdenhou. E hoje a ganância quer esquecer a nossa obra de estética sagrada, o nosso nome e o nosso rosto.

O meu se desviou até correr sobre a sarça e subir escalando cada pedra.

Foram elas que ficaram com minha face, marcando a grave solidão desta pátria depois que a desabitamos, tangidos pela doença e pelo medo.

Uma pele de minério ornamentada em honra ao oceano de espumas repentinamente melancólicas. Vazias de homens vermelhos. E de divindades que tinham a cor da luz. E que agora clamam.

Clamam num brado sublime e divino, deuses que são: suba para renascer conosco, filho e herdeiro!

Dá-nos teu punho aí da lúgubre e triste zona de tua história enxovalhada.

Então o relâmpago.

Estás voltando do fundo da mata.

Estás voltando do tempo subterrâneo.

Volta a tua voz combativa.

Voltam os teus olhos de enxergar o invisível.

Veja-nos à tua frente e a teu lado.

Sinta-nos perto tu, tu povo amado, homem do cocar que imita o sol, mulher do som da taquara que alcança o céu.

Pescadores, tecelões de redes, caçadores calados, domadores de aves tutelares, artesãos de dedos machucados, construtores de um doce idioma, agricultores tremulando na semente, oleiros no barro debruçados.

Tragas ao cântaro desta nova vida as tuas velhas dores silenciadas.

Mostra-nos teu sangue e teu ferimento.

Diga-nos: aqui fui castigado.

Assinales a praia onde o bandeirante te amarrou e onde sacrificou teu avô, por não ser peça aproveitável no mercado de animais humanos.

Grites, invoques, exclames.

Matiguorosso... Matiguorosso... Matiguorossoooooo...

Lembrança viva!

Terra feliz. Terra atacada.

Através do espaço e do tempo juntes todos os teus sábios, os teus guardiões do verde e do azul, os teus médicos e os teus guerreiros.

E lá da profundidade da memória fales com o mundo sobre essa longa noite.

Contes tudo, roubo por roubo que sofrestes, tiro por tiro, corrente por corrente, elo por elo, passo por passo rumo ao cativeiro.

Afies a lança que escondeste e a coloques em nossas mãos de luz.

Mas ouças... mas ouças... mas ouças: jamais olvides de empunhá-la também! ♦

* Rosana Bond é jornalista, pesquisadora de temas históricos indígenas e autora de livros



Toré, um ritual sagrado e político

Patrícia Bonilha, Assessoria de Comunicação

Na tarde do dia 15 de abril, os mais de 1,5 mil indígenas que participaram do Acampamento Terra Livre foram em marcha até o Supremo Tribunal Federal (STF), no final da Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Ali, diante de uma extensa fila de policiais postados em toda a parte da frente e na lateral do prédio, eles deram início a uma vigília em protesto a recentes e perigosas decisões do STF que vão no sentido de retirar direitos dos povos indígenas.

Os guerreiros, vindos de várias partes do país, se posicionaram com suas flechas e bordunas em toda a extensão da grade que circunda o prédio. Rapidamente, várias rodas de torés foram formadas. Algumas delas com indivíduos do mesmo povo, como a dos Xukuru de Ororubá. Outras abarcavam uma diversidade de nações.

Depois de algum tempo, as nuvens espessas deram vazão a uma torrencial chuva. Os não indígenas presentes no ato e boa parte dos indígenas correram para se abrigar embaixo das marquises ou de qualquer lugar que oferecesse refúgio da água gelada e do frio. Mas, surpreendentemente, os torés continuaram a acontecer.

Quem olhava de longe, com certa inveja por não estar participando, admirava a beleza e força do ritual, incrivelmente fortalecido com a intensidade da chuva. Ao cantar e dançar, girando sempre, os Xukuru, que estavam na área gramada, desenharam um círculo que desvelava a terra marrom avermelhada do Cerrado. E assim continuaram, cantando, chacoalhando os maracás e dançando, cada vez mais molhados, em uma dinâmica ritmada sempre na batida do pé e na força do maracá. Mesmo após a chuva, finalmente, ter parado, as mulheres e homens continuaram ainda a girar, por algumas horas, concentrados e determinados em seus propósitos.

“Índio não morre, índio encanta”

Quem olha uma roda de toré como essas, com os indígenas cantando, dançando e tocando, não imagina como este ritual está integrado na estrutura e organização social dos povos e nem as outras diversas dimensões ali presentes. Para além da espiritualidade, a memória, a cultura, o lúdico e a política são também aspectos vinculados e expressos, de algum modo, durante o toré.



Este complexo ritual, típico dos povos indígenas do Nordeste, tem como seus principais elementos: o terreiro, a mata, o maracá, a gaita, a jurema, o cachimbo, o cocar, os colares, a borduna, a pintura corporal, as vestes de palha, as máscaras, a musicalidade e a dança. Em muitos povos, o pajé é quem comanda o ritual. Os dançadores e dançadoras são, ao mesmo tempo, percussionistas, cantadores e coro (homens, mulheres e crianças que respondem aos versos).

Nas aldeias, o toré é ainda mais livre e intenso. Suas características dependem da cosmologia de cada povo. Geralmente, ele é realizado em espaços sagrados, alguns restritos. Podem ocorrer ao redor de fogueiras, onde o pajé ou outra liderança espiritual comanda cerimônias de defumação, trabalhos de limpeza espiritual e de cura, dentre outros. E a “brincadeira” se estende até o amanhecer. Às vezes, dependendo da festa e da época do ano, os torés são realizados por várias noites seguidas.

Segundo a professora de antropologia e assessora do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Lúcia Rangel, a

prática do toré está associada com a presença dos Praiá, dos Encantados, seres espirituais que “se encantaram”, mas permanecem vivos, em outros mundos. Além de protegerem seus povos, eles estabelecem a comunicação com os antepassados indígenas através dos rituais e dos sonhos. Os Encantados vêm dançar a partir de um chamamento das músicas e dos cantos. Máscaras e vestes de palha cobrem os participantes da cabeça aos pés, sem permitir que se veja quem está embaixo delas.

Resgate ancestral

No processo histórico, muitas comunidades deixaram de lado seus rituais devido à opressão, às ameaças e ao medo que sentiam por assumirem a identidade indígena. Desse modo, no campo político, o toré também desempenhou um papel relevante. A luta dos povos indígenas nordestinos pelo reconhecimento étnico e pela demarcação de suas terras implicou em uma afirmação de muitas comunidades que estavam “escondidas”. O próprio Estado, na figura da Fundação Nacional do Índio (Funai), os acusava de não serem mais indígenas, por não falarem mais a língua originária, não praticarem mais seus rituais.

“Naquele contexto, o toré se sobressaiu como um relevante instrumento político de afirmação cultural e da ancestralidade indígena. Uma maneira de mostrar quem eram, seus referenciais, suas comunidades coesas, histórias e tradições familiares. Desse modo, até as comunidades que não dançavam mais, voltaram a dançar para afirmarem-se perante seus próprios pares, a sociedade e o Estado”, pontua Lúcia.

Nesse sentido, é evidente que desde os anos 1970, quando se deu de modo mais intenso este processo de afirmação da identidade, os torés sempre são realizados nas manifestações políticas. Assim como fizeram na vigília do STF, os indígenas dançam, dançam e dançam. Sem parar, por horas seguidas.

“No toré, a gente recebe a força dos Encantados. É o maior prazer e alegria. Traz a força da natureza e nos dá força e saúde pra resistir e lutar contra os grileiros que vêm disputar nossas terras. É uma carga emocional muito forte, de união, cooperação, conexão com o passado. Gosto muito de dançar o toré, me emociona demais”, declara Arlindo Florenço Kapinawá. ♦



Todos são iguais perante a lei, mas de qual lei falamos?

O Novo Constitucionalismo Latino-Americano, proposto pelo Equador e pela Bolívia, postula o reconhecimento do Estado Plurinacional, o Pluralismo Jurídico, a desobediência às formas eurocêntricas de pensar e a garantia dos direitos da Pachamama - a Mãe Natureza.

Renato Santana, Assessoria de Comunicação

A Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol mais uma vez ocupou os noticiários, mas dessa vez não para retratar a violência do latifúndio contra os indígenas. No último dia 23 de abril, dois irmãos do povo Macuxi foram julgados pelo primeiro júri popular indígena do Brasil, acusados de tentativa de homicídio contra um terceiro indígena. O fato ocorreu em 2013, na cidade de Uiramutã (RR). Os irmãos alegam terem agido em legítima defesa, pois o indígena agredido estaria sob a influência sobrenatural de Canaimé e seria responsável por outras duas mortes na comunidade, o que poderia ser o destino de ambos caso não fizessem algo para impedir.

Ao se deparar com o caso, já com os irmãos detidos, o juiz Aluizio Ferreira entendeu que apenas os próprios indígenas poderiam dizer se realmente a história de Canaimé era verdadeira ou não. Dessa forma, o Tribunal de Justiça de Roraima organizou o júri popular indígena, programado para acontecer na própria Raposa Serra do Sol, e garantiu que a decisão do júri seria soberana. Como de fato aconteceu: um dos réus foi absolvido e o outro condenado por lesão corporal leve. O Ministério Público afirmou que vai recorrer da decisão.

Para as leis do Estado brasileiro, tentativa de homicídio se enquadra no artigo 121, com pena de 6 a 20 anos de reclusão. Se prevalecesse a ideia de que todos são iguais perante a lei, o que por si só não ocorre na prática, uma injustiça seria cometida com os dois indígenas que não tentaram matar um terceiro, mas se defender de um espírito que compõe a cosmologia de seu povo. Todos são iguais perante a quais leis, então?

O júri indígena, todavia, levanta debates país a fora, como no caso da etapa regional de Pernambuco da Rede Latino-Americana de Antropologia Jurídica (Relaju), e pode ser entendido como algo novo no combate ao racismo epistêmico, aquele que não aceita outras formas de pensar, de produção de conhecimento e interpretação da sociedade em que se vive. O próprio juiz defende que o Judiciário utilize a experiência em outras ocasiões, o que pode ser considerado uma vitória para os povos indígenas e um passo adiante numa discussão que as organizações indígenas e indigenistas fazem, de forma mais sistemática, desde a Constituição de 1988: o Pluralismo Jurídico e o Estado Plurinacional. Estes temas são explorados na América Latina e têm



experiências em curso no Equador e na Bolívia.

No Brasil, mesmo que a iniciativa do júri indígena seja um avanço, ainda está longe de consolidar o pluralismo que a própria Constituição assegura. “Este júri é algo absolutamente interessante, mas ainda está dentro da perspectiva do multiculturalismo porque trabalha com a ideia da tolerância e não da interculturalidade, objeto fim da perspectiva pluralista”, explica o missionário do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e professor de Bioética da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Saulo Feitosa.

O Pluralismo Jurídico, um dos temas centrais da Antropologia Jurídica, entende que o Estado não pode aceitar apenas um único sistema de Justiça, parte constitutiva da experiência colonial e genocida que se espalhou por toda a Ameríndia. Há 305 povos indígenas no Brasil, com organizações sociais, línguas, religiões, culturas e racionalidades próprias e que mantêm sistemas de Justiça interculturais. Portanto, o que indígenas, ativistas, juristas, advogados e antropólogos que se debruçam sobre o tema buscam são caminhos para o diálogo intercultural entre estes sistemas de Justiça com aquele que o Estado diz ser o único possível.

Fazer com que se entenda que esses sistemas próprios não são estáticos, mas operam no país e na *Abya Yala*, tal como alguns povos indígenas chamam a América Latina, muito antes da formação de qualquer Estado Nacional. Porém, a defesa desse postulado envolve outros âmbitos de uma abordagem mais ampla e descolonial. Afinal, a defesa da Justiça “branca” e eurocêntrica é de que todos são iguais perante a lei, mas que leis são essas, quem as faz e para que elas servem são questões prementes na crítica do Pluralismo Jurídico. Isso envolve a Constituição. ♦

Novo Constitucionalismo Latino-Americano

“Quando as metrópoles foram perdendo suas colônias, até o século XIX, constituições foram elaboradas nos países latino-americanos pela burguesia, que se arvorava contra o domínio estrangeiro. No entanto, essas cartas magnas eram feitas pela elite que almejava ficar com as riquezas levadas pela metrópole. Apenas homens que detinham propriedades, portanto abastados à época, podiam participar da construção dessas constituições, que apenas transferiram para essas elites, até hoje com grande força, o poder colonial exercido pelas metrópoles”, explica a professora e pesquisadora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG),

Rosane Lacerda, durante encontro da Relaju em Olinda (PE), nos dias 27 e 28 de abril.

Ex-assessora jurídica do Cimi, a professora pesquisa o Novo Constitucionalismo Latino-Americano, uma contraposição a essas constituições que mantiveram e renovaram a Colonialidade do Poder. A nova lógica envolve o Estado Plurinacional, o Pluralismo Jurídico, desobediência às formas eurocêntricas de pensar e a garantia dos direitos da *Pachamama* - a Mãe Natureza. Metodologia que envolve diretamente a interculturalidade entre sistemas de Justiça. “Então, essa nova lógica que a Bolívia e o Equador nos trazem com a revisão de suas constituições, configurando esses países como Estados Plurinacionais, permite que os sistemas de Justiça dos povos e das comunidades tenham protagonismo, mas em diálogo intercultural com o modelo de Justiça ocidental, clássico”, analisa a pesquisadora.

Na Bolívia, por exemplo, a partir de 2012 os povos indígenas passaram a eleger seus próprios juizes para o Tribunal Constitucional Plurinacional, como forma de complementar a Justiça Indígena Campesina. Até 2009, porém, ano da nova Constituição boliviana, essa Justiça, que atende a 36 nações indígenas da Bolívia, vivia em discussões sobre conflitos de competência com a Justiça Comum. Trata-se, sobretudo, do Estado não apenas reconhecer essas formas de Justiça ancestral, mas de incorporá-las.

A Antropologia Jurídica destina seus esforços para a construção de vias que possibilitem novas lógicas e racionalidades, sistematizando entendimentos, experiências e oferecendo o contraponto crítico. “No Brasil, o indígena acaba sendo julgado duas vezes: uma pela comunidade e outra pela Justiça estatal. Quem acredita que indígena é inimputável está equivocado. Além das cadeias estarem repletas de indígenas, eles são mais punidos que qualquer não índio. Precisamos dar um basta nisso e modernizar o sistema”, encerra Saulo Feitosa. ♦

Reis do Agronegócio

Música de Chico César
Letra de Carlos Rennó

Ó donos do agrobiz, ó reis do agronegócio,
Ó produtores de alimentos com veneno,
Vocês que aumentam todo ano sua posse,
É que poluem cada palmo de terreno,
É que possuem cada qual um latifúndio,
É que destratam e destroem o ambiente,
De cada mente de vocês, olhei no fundo
E vi o quanto cada um, no fundo, mente.

Vocês desterram povaréus ao léu que erram,
E não empregam tanta gente como pregam.
Vocês não matam nem a fome que há na Terra,
Nem alimentam tanto a gente como alegam.
É o pequeno produtor que nos provê e os
Seus deputados não protegem, como dizem:
Outra mentira de vocês, Pinóquios véios.
Vocês já viram como tá o seu nariz, heim?

Vocês me dizem que o Brasil não desenvolve
Sem o agrebiz feroz, desenvolvimentista.
Mas até hoje na verdade nunca houve
Um desenvolvimento tão destrutivista.
É o que diz aquele que vocês não ouvem,
O cientista, essa voz, a da ciência.
Tampouco a voz da consciência os comove.
Vocês só ouvem algo por conveniência.

Para vocês, que emitem montes de dióxido,
Para vocês, que têm um gênio neurastênico,
Pobre tem mais é que comer com agrotóxico,
Povo tem mais é que comer, se tem transgênico.

É o que acha, é o que disse um certo dia
Miss Motosserrainha do Desmatamento.
Já o que acho é que vocês é que deviam
Diariamente só comer seu “alimento”.
Vocês se elegem e legislam, feito cínicos,
Em causa própria ou de empresa coligada:
O frigo, a múlti de transgene e agentes químicos,
Que bancam cada deputado da bancada.

Até comunista cai no lobby antiecológico
Do ruralista cujo clã é um grande clube.
Inclui até quem é racista e homofóbico.
Vocês abafam, mas tá tudo no YouTube.

Vocês que enxotam o que luta por justiça;
Vocês que oprimem quem produz e quem preserva;
Vocês que pilham, assediam e cobiçam
A terra indígena, o quilombo e a reserva;
Vocês que podam e que fodem e que ferram
Quem represente pela frente uma barreira,
Seja o posseiro, o seringueiro ou o sem-terra,
O extrativista, o ambientalista ou a freira.

Vocês que criam, matam cruelmente bois,
Cujas carcaças formam um enorme lixo;
Vocês que exterminam peixes, caracóis,
Sapos e pássaros e abelhas do seu nicho;
E que rebaixam planta, bicho e outros entes,
E acham pobre, preto e índio “tudo” chucro:
Por que dispensam tal desprezo a um vivente?
Por que só prezam e só pensam no seu lucro?

Eu vejo a liberdade dada aos que se põem
Além da lei, na lista do trabalho escravo,
E a anistia concedida aos que destroem
O verde, a vida, sem morrer com um centavo.
Com dor eu vejo cenas de horror tão fortes,
Tal como eu vejo com amor a fonte linda
E além do monte o pôr-do-sol porque por sorte
Vocês não destruíram o horizonte... Ainda.

Seu avião derrama a chuva de veneno
Na plantação e causa a náusea violenta
E a intoxicação “ne” adultos e pequenos –
Na mãe que contamina o filho que amamenta.
Provoca aborto e suicídio o inseticida,
Mas na mansão o fato não sensibiliza.
Vocês já não têm nem aí co’ aquelas vidas.
Vejam como é que o Ograbiz desumaniza...:

Desmata Minas, a Amazônia, Mato Grosso...;
Infecta solo, rio, ar, lençol freático;
Consome, mais do que qualquer outro negócio,
Um quatrilhão de litros d’água, o que é dramático.
Por tanto mal, do qual vocês não se redimem;
Por tal excesso que só leva à escassez
Por essa seca, essa crise, esse crime,
Não há maiores responsáveis que vocês.

Eu vejo o campo de vocês ficar infértil,
Num tempo um tanto longe ainda, mas não muito;
E eu vejo a terra de vocês restar estéril,
Num tempo cada vez mais perto, e lhes pergunto:
O que será que os seus filhos acharão de
Vocês diante de um legado tão nefasto,
Vocês que fazem das fazendas hoje um grande
Deserto verde só de soja, de cana ou de pasto?

Pelos milhares que ontem foram e amanhã
serão mortos pelo grão-negócio de vocês;
Pelos milhares dessas vítimas de câncer,
De fome e sede, e fogo e bala, e de AVCs;
Saibam vocês, que ganham “cum” negócio desse
Muitos milhões, enquanto perdem sua alma,
Que a mim não faria falta se vocês morressem;
Saibam que não me causaria nenhum trauma.